

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas

Class.: 156

Data: 16/08/88

Pg.: _____

Funai, Mirad e Ruralminas debatem futuro dos índios da nação Krenak

O destino da nação krenak, composta por 150 índios habitantes imemoriáveis da margem esquerda do Rio Doce, município de Resplendor, Minas Gerais, foi discutido, a portas fechadas entre representantes da Funai, Mirad, Ruralminas e da própria tribo, na sede do Mirad, em Belo Horizonte. A indenização de fazendeiros, ocupantes da área de propriedade indígena, para que se retirem de uma parte das terras, foi uma das propostas discutidas durante o encontro. A inconstitucionalidade da ação, no entanto, não foi ventilada.

Assim entende o representante do Conselho Missionário Indígena (Cimi) Fábio Alves dos Santos (persona non grata na reunião), para quem a Constituição Brasileira em seu artigo 198, parágrafo 2º, impede indenizações de qualquer espécie em terras indígenas.

"A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio", cita Santos. Para ele, muitos fazendeiros irão se enriquecer às custas da invasão das terras.

"Um precedente inconstitucional está aí para demonstrar que burlar a lei é possível", alertou Santos. Referia-se à nação xakriabá, com 4 mil e 700 nativos, instalados ao norte do Estado, no município de Itacarambi, cujas terras lhes foram restituídas mediante uma indenização paga pela Funai a 28 fazendeiros no valor de Cz\$130 milhões. "Desse montante 30 milhões já foram pagos. O restante foi parcelado".

Segundo Santos, a Funai legitima junto aos demais órgãos governamentais as indenizações, embora a Constituição proíba. "Ao Cimi interessa uma solução que ponha termo à seqüência de embustes cometidos contra os índios. Que esses sejam ouvidos no encaminhamento de qualquer solução para o despejo iminente de suas terras. Ainda é tempo de se resgatar uma dívida histórica de Minas para com o povo Krenak".

Posse

Em 1920, 4 mil hectares de área, à margem esquerda do rio Doce, foram doadas pela União à tribo Krenak. Expulsos de lá reiteradas vezes, à época pela própria Funai, os índios persistiram na busca pelo caminho de volta. Na década de 70, a tribo foi levada à força da terra, da qual tira sua sobrevivência, e enfiada numa fazenda, no município de Carmésia. Receberam títulos de posse da Ruralminas, nessa mesma área, alguns fazendeiros. Dentre eles, Balbino Laigner.

O cacique José Alfredo de Oliveira, há 42 anos acompanhando sua tribo, informou que os 64 hectares de terra, cuja posse foi reintegrada a Balbino em juízo, no mês de junho último, são indispensáveis à sobrevivência da nação. "Nós plantamos milho, arroz, feijão e criamos gado nessa área. Se nos tirarem, será o fim de nossa vida", lamentou-se.

Segundo o cacique, esses 64 hectares, pelos quais Balbino tanto brigou na Justiça, pouco representam perto da área total de

uma de suas fazendas, com cerca de 8 mil hectares de extensão. Oliveira acrescentou que o latifundiário sequer mora nessa terra, "apenas um de seus empregados". "Ele vive em Conselheiro Pena, em outra fazenda, onde é vice-prefeito". O fazendeiro, de acordo com o índio, é candidato a prefeito no município pelo PMDB.

Dos 4 mil hectares de terra originais, hoje ocupam os índios Krenak apenas 128. Desse, podem ser despejados a qualquer momento de 64 hectares, em favor dos interesses de Balbino.

Reunião

Lúcio Flávio Coelho, delegado regional da Funai em Minas Gerais, disse que era objetivo da reunião com os órgãos competentes, a busca de uma solução. "A Ruralminas pode resolver a questão", disse. Joana Lúcia Xavier Neta, advogada da Ruralminas, afirmou, por sua vez, que "a Ruralminas não vai se posicionar agora. A Funai deve fazer alguma coisa", completou. Já o coordenador de Assuntos Fundiários da Ruralminas, Vítor Soares Lopes, recusou-se a conceder entrevista.

Além da proposta de indenização dos fazendeiros para que restituam 2 mil — dos 4 mil originais — hectares de terra aos índios, foi também nessa reunião constituída uma comissão composta por membros da Ruralminas, Mirad e Funai, para no próximo dia 24 ir até o local. Lá pretendem conversar com os fazendeiros e índios, na tentativa de fecharem um acordo.